

**NIEP  
MARX**Núcleo Interdisciplinar de Estudos e  
Pesquisas sobre Marx e o Marxismo

# Marx e o Marxismo 2013: Marx hoje, 130 anos depois

Universidade Federal Fluminense – Niterói – RJ – de 30/09/2013 a 04/10/2013

TÍTULO DO TRABALHO			
<b>A perspectiva neodesenvolvimentista do Estado brasileiro e as políticas sociais</b>			
AUTOR	INSTITUIÇÃO (POR EXTENSO)	Sigla	Vínculo
<b>Mariana Pfeifer</b>	Universidade Federal Fluminense	UFF	Docente
RESUMO (ATÉ 20 LINHAS)			
<p>A entrada do século XXI é marcada pelo acirramento das contradições inerentes ao sistema capitalista e irrompe em medidas político-econômicas de cunho neodesenvolvimentista que aparentemente fazem esmaecer a ortodoxia liberal e que acabam por caucionar a obtenção de consensos no campo da hegemonia do projeto burguês na conjuntura de crise sistêmica que se acentua. Se, por um lado, nas décadas de 1980/1990 a crise foi tratada como resultado do esgotamento do modelo keynesiano/fordista, com destaque para a crise do Estado – e as medidas de superação pautaram-se na ideologia neoliberal com liberalização dos mercados e Reforma do Estado –, nos anos que desenrolam a década de 2000, o discurso neoliberal de menos Estado não tardou a ser resignificado pela elite financeiro-industrial tão logo as crises cíclicas novamente deram sinais de esgotamento do capitalismo contemporâneo. Este movimento ideológico coloca em tela a possibilidade de uma nova leitura acerca do papel do Estado como agente econômico e regulador social. Este aparente giro ideológico marca uma nova processualidade coadunada pelo projeto neodesenvolvimentista, cuja equação articulada em torno do crescimento econômico com combate à pobreza constrói um novo consenso de alianças de classe. O receituário de focalização e descentralização da política social e de desregulamentação de direitos e relações de trabalho continua sendo diretriz central, ora esfumada pelo discurso do combate a pobreza e pelos propalados indicadores de diminuição da miséria e crescimento econômico. Toma-se que a corrente neodesenvolvimentista não rompe com a sociabilidade do capital, ao contrário, lhe reproduz como estratégia de recomposição hegemônica.</p>			
PALAVRAS-CHAVE (ATÉ TRÊS)			
Neodesenvolvimentismo, Estado e políticas sociais			
ABSTRACT			
<p>The entrance of the XXI century is marked by the intensification of the inherent contradictions of the capitalist system and erupts into political and economic measures of neo-developmentist form that apparently make liberal orthodoxy fade and that end up endorsing the consensus building in the field of the hegemony of bourgeois project in the context of systemic crisis which is accentuated. If, on the one hand, in the decades of 1980/1990 the crisis was treated as a result of exhaustion of the Keynesian/Fordist, highlighting the crisis of the state - and the measures to overcome guided in the neoliberal ideology with market liberalization and reform of the State - in the years unfolding the 2000s, the neoliberal discourse of less State was soon reframed by financial-industrial elite as soon as the cyclical crises again gave signs of exhaustion of contemporary capitalism. This ideological movement puts on display the possibility of a new interpretation of the role of the State as an economic agent and social regulator. This apparent ideological brand a new processuality coalescing by the neo-developmentist project, whose equation articulated around economic growth with poverty alleviation build a new consensus of class alliances. The prescription of focus and decentralization of social policy and deregulation of labor relations remains central guideline, sometimes smoky speech by fighting poverty and publicized by indicators of poverty reduction and economic growth. It is taken that the neo-developmentist current not breaks with the capital sociability, on the contrary, plays as a strategy of hegemonic recomposition.</p>			
KEYWORDS			
Neo-developmentist, State, Social Politycy			
EIXO TEMÁTICO			
Marx, o marxismo e o Estado			

O contexto socioeconômico atual é marcado por um tempo de crise e de barbárie. Para muitos analistas, a contemporaneidade está diante da mais profunda crise do sistema capitalista, mais extensa e de maior duração temporal. Com impactos em diferentes países, suas expressões se aprofundam em manifestações diversas como nas finanças, no meio ambiente, nas cidades, no desemprego. Neste processo, pode-se observar um conjunto de medidas que vem sendo implementadas como estratégias voltadas para a recomposição das taxas de lucratividade e concentração de riquezas do capital, cujos desdobramentos podem ser evidenciados no campo econômico, social, político e ideocultural da sociedade, em geral, e no Brasil, em particular. O contexto de crise e de barbárie em tela impacta as políticas sociais brasileiras pela precarização intensiva que lhe impõe objetivamente. Neste sentido, o presente trabalho situa-se no debate acerca das estratégias ideopolíticas e econômicas que vem sendo implementadas no Brasil como forma de recuperação da crise capitalista, consubstanciadas na ideologia neodesenvolvimentista.

Segundo Gonçalves (2012, p.651), no período de 1930-80, o Brasil e a América Latina foram influenciados pelo pensamento nacional-desenvolvimentista, o qual pode se concebido “como o projeto de desenvolvimento econômico assentado no trinômio: industrialização substitutiva de importações, intervencionismo estatal e nacionalismo”. O pensamento econômico desenvolvimentista encampado pela *Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe* (Cepal) teve forte influência nos países latino-americanos, em especial nos anos 1950-60. Especificamente no Brasil, o processo de substituição das importações e de protecionismo ganhou impulso com incentivo estatal ainda no governo Vargas, e articulou na época “um novo bloco de poder, com uma aliança entre o Estado e uma burguesia nacional emergente, sem contudo, romper totalmente com as antigas classes dominantes, notadamente os latifundiários” (CASTELO, 2012a, p.619). Todavia, foi com Juscelino Kubitschek abrindo o país para as empresas multinacionais que a aliança entre o Estado e as burguesias nacionais e internacional se funde e constrói as bases para a implementação do capital financeiro no Brasil, o qual fora consolidado no período autocrático militar. Neste contexto, importantes intelectuais brasileiros como Celso Furtado, Florestan Fernandes e Caio Prado Jr. debruçaram-se sobre as relações capitalistas de exploração, dominação e dependência, sistema este que criou traços de desenvolvimento nos países centrais e subdesenvolvimento nas periferias. Castelo (2012a, p.622) indica que, neste movimento, “o Estado foi elencado pelos setores reformistas como o ator central das transformações necessárias para o subdesenvolvimento, capaz de soldar interesses antagônicos dos trabalhadores e dos burgueses industriais, conciliando o inconciliável”.

Palco de intensas conquistas na órbita da cidadania pela expansão da política social e de saltos no desenvolvimento econômico e na “monopolização do capital”, os “trinta anos gloriosos”

do Pós-Segunda Guerra apoiaram-se no método produtivo inaugurado na indústria automobilística de Henry Ford, que objetivou-se como um modo de sustentação das relações econômicas e sociais. Articuladas na concepção de produção em massa, segundo Antunes (2003, p.25), este modelo trouxe o parcelamento do trabalho, a separação entre a elaboração e a execução do trabalho e, ainda, possibilitou a concentração de coletivos de trabalhadores nas unidades fabris, consolidando a figura do “operário-massa”, ajustado para as “novas condições e a difusão em massa do novo *ethos* consumista de massas” (BEHRING; BOSCHETTI, 2007, p.88). Neste devir, a organização e o crescimento do movimento operário articula-se na luta pela defesa de seus interesses, buscando “restringir o dispêndio exaustivo de sua força de trabalho” (IAMAMOTO, 2006, p.130) tal como o sistema industrial havia imposto. O cenário político foi marcado, em diversos períodos do século XX, pela densidade e combatividade de suas greves e manifestações de inconformismo com a sociedade burguesa.

Pensando com Gramsci, o processo que estabelece a hegemonia de uma classe é tensionado por mecanismos ideológicos e políticos de coerção e de consenso, onde

O exercício “normal” da hegemonia [...] caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações-, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2002, p.95).

Portanto, como resposta a ameaça dos trabalhadores, as elites utilizaram-se tanto de repressão policial, empregada como instrumento de manutenção da paz necessária à acumulação capitalista, quanto da implementação das primeiras medidas de legislação social, levando a burguesia a reconhecer processualmente direitos de cidadania política e social cada vez mais amplos. Na época, grandes foram as conquistas na esfera do trabalho, como regulamentação da jornada, do salário, férias, seguro contra acidentes e doença, contratos coletivos, reconhecimento das entidades, entre outros (IAMAMOTO, 2006). Vale ressaltar a importância política, neste processo, da vitória socialista na Rússia, em 1917, colocando-se como contraponto ao projeto societário capitalista; e do advento do Fordismo, onde “o acúmulo de trabalhadores em fábricas de larga escala sempre trazia, no entanto, a ameaça de uma organização trabalhista mais forte e do aumento do poder da classe trabalhadora” (HARVEY, 2004, p.129). O quadro revelou o ingresso dos trabalhadores no embate superestrutural, manifestação esta resultante do processo de socialização da política que, com Gramsci, se traduz pela emergência e desenvolvimento de

“aparelhos privados de hegemonia”<sup>1</sup> os quais contribuíram para viabilizar as conquistas sociais dos trabalhadores.

Associado ao modelo fordista, o século XX ainda foi palco das experiências do Estado interventor postulado, especialmente, pela teoria de John Maynard Keynes (1988). Envolto ao período de depressão que se iniciou em 1929, com o *crack* da Bolsa de Nova York, Keynes aponta como saída um Estado produtor e regulador das relações sociais e econômicas para gerar demanda efetiva<sup>2</sup> e retomar o crescimento capitalista. O Estado keynesiano afasta-se da ortodoxia liberal e funda uma longa fase intervencionista que se expande fortemente no Segundo Pós-Guerra, consubstanciada na instituição de cada vez mais amplo conjunto de serviços públicos, tais como saúde, educação, assistência social, habitação, entre outros. Respondendo às demandas, por um lado, de reprodução da classe trabalhadora e, de outro, da acumulação burguesa, o Estado regulador viabilizou o desenvolvimento do projeto do capital e possibilitou grandes avanços na esfera do bem-estar social, mediante um consenso político de classes. Cabe ressaltar que, neste contexto, a política social atua “sobre as sequelas da exploração capitalista, mantendo intocadas as condições em que se realiza a situação de carência do proletariado” (IAMAMOTO, 2006, p.241).

No que tange a política social, de acordo com os estudos de Behring e Boschetti (2007), importantes avanços foram obtidos no período pós-crise de 1929, com a experiência do *New Deal* levado a cabo por Roosevelt nos Estados Unidos. Todavia, foi especialmente após 1945 que a política social se expande e se consolida, sob o padrão de desenvolvimento fordista-keynesiano, com as diferentes experiências do que se convencionou chamar de *Welfare State* ou Estado de Bem-Estar Social. Sobretudo, com influência do Plano Beveridge inglês, de 1942, que, para o combate a pobreza, introduz a ideia de seguridade social baseada na ampliação da prestação pública de serviços sociais com caráter universal de acesso. Também ganha relevo em diversos países, a ideia bismarckana de seguro social público, cujo princípio de acessibilidade está condicionado a contribuição prévia<sup>3</sup>. Ainda, contudo, atuando deste modo o *Welfare State* keynesiano apresenta duas faces aparentemente contraditórias: uma no campo econômico, que efetiva medidas anticíclicas e, outra proeminentemente política, por ceder aos interesses do trabalho. Este caráter

---

<sup>1</sup> Gramsci identifica a emergência de organismos de atuação política, que ele denomina de “aparelhos privados de hegemonia” (os grandes sindicatos, partidos políticos de massa, organizações profissionais, escolas, Igreja e organizações culturais, como meios de comunicação, jornais, revistas, etc.), de caráter “privado” (pois se afastam materialmente do Estado), nos quais há uma adesão voluntária e onde não se faz uso da repressão. Em decorrência da socialização da política nas sociedades de capitalismo desenvolvido, Gramsci identifica a formação de sujeitos políticos coletivos que atuam e compõem a *sociedade civil*, a qual é a portadora material da figura social da hegemonia, como esfera de mediação entre a estrutura econômica e o Estado em sentido restrito.

<sup>2</sup> Demanda efetiva refere-se à existência de meios de pagamento suficientes para garantir a circulação de bens e serviços. Para Keynes, o Estado deve lançar mão de um conjunto de medidas econômicas e sociais para gerar demanda efetiva de modo a restabelecer e manter o equilíbrio econômico, mesmo que contraindo déficit público, com política fiscal, creditícia, de gastos e de pleno emprego, além da intervenção na relação capital/trabalho (KEYNES, 1988).

<sup>3</sup> No debate acerca da política social e do *Welfare State*, diversos autores trouxeram grandes contribuições para o seu aprofundamento teórico, como Esping-Andersen, Marshall, Barbalet, Mishra, entre outros.

permitiu relativa harmonia ao conflito de classe, atuando no sentido da legitimação do sistema e do controle dos trabalhadores, pois como Coutinho (2000, p.121) havia mencionado, “o controle ‘pelo alto’ da sociedade civil se revelou poderoso instrumento para obstacularizar o efetivo protagonismo das camadas populares na vida nacional e, deste modo, para assegurar o controle do poder político pelas classes economicamente dominantes”.

No Brasil, mais tardiamente do que nos países centrais, o processo de ampliação da cidadania consolida-se somente após a retomada democrática. Concordando com Nogueira (1998), a sociedade brasileira é historicamente permeada por sucessivos processos de “revolução passiva”, sem projetos populares unitários; e de “revolução sem revolução”, perpassados por mudanças “pelo alto” onde não há rupturas mais radicais. Não obstante este caráter mais amplo, não se pode deixar de considerar que a Constituinte dos anos 1980 foi arena de grandes disputas, onde o movimento operário e popular obteve significativas conquistas, especialmente, na afirmação dos direitos sociais. Segundo Behring (2003, p.143),

a Constituinte foi um processo duro de mobilizações e contramobilizações de projetos e interesses [...]. O texto constitucional refletiu a disputa de hegemonia, contemplando avanços em alguns aspectos, a exemplo dos direitos sociais, humanos e políticos, pelo que mereceu a caracterização de Constituição Cidadã.

Na Carta Constituinte, a Saúde é o sistema de direitos que assume o princípio da universalidade de acesso. A Previdência Social toma a orientação contributiva e a Assistência Social se constitui em uma política pública focalizada, emergencial e com corte de pobreza. O movimento de expansão da política social no Brasil vai incorporando - não sem disputas, avanços e retrocessos - direitos em outras áreas como meio ambiente, habitação, educação, trabalho e renda, cultura, proteção a segmentos sociais vulneráveis, etc. A Constituição firmada em 1988 incorpora as inspirações welfaristas, mesmo que de forma limitada, consolidando um sistema de Seguridade Social e um conjunto de políticas setoriais que estendem a noção de direito e de dever do Estado na prestação destes serviços e benefícios de proteção ao cidadão.

Entretanto, desde as décadas finais do século XX, centradas no triunfo do “pensamento único” - com grande contribuição de Hayek, Friedman e outros -, profundas mudanças econômicas, políticas e socioculturais foram operadas, a partir da introdução de medidas de reestruturação produtiva em diferentes países que alteram o padrão de desenvolvimento keynesiano-fordista e são formadoras de uma nova racionalidade política, cultural e ética da ordem burguesa, possibilitando a consolidação de um mercado globalizado baseado no “regime de acumulação com predominância financeira” (CHESNAIS, 2003, p.46). No campo econômico, os rumos da produção passaram por programas de desregulamentação, abertura comercial e financeira que aceleraram o processo de

globalização econômica, cultural e política. O movimento de “acumulação flexível” que se instaura, segundo Harvey (2004, p.140) é um contraponto direto a rigidez fordista, em suas palavras,

se apoia na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional.

Difundido nos anos 1980, o modelo japonês de produção ou toyotismo, inaugurou a lógica flexível acompanhado de um grande salto tecnológico com base na automação, robótica e microeletrônica e de uma revolução informacional. Introduziu a qualidade total, a produção conduzida pela demanda, horizontalização organizacional, redimensionamento espacial e temporal do trabalho, assim como novas perspectivas gerenciais como gestão participativa, organizações do conhecimento, responsabilidade social das empresas, etc. (ANTUNES, 2003). Esta realidade vai demandar do trabalhador novo perfil, isto é: criatividade, cooperação, trabalho em equipe, polivalência e multifuncionalidade, e outros fatores. Ao oposto do fordismo, o toyotismo não despreza o saber intelectual do trabalhador. Este se torna mercadoria valiosa. Antunes analisa que

as formas contemporâneas de vigência do valor levaram ao limite a capacidade operativa da lei do valor e a vigência do *trabalho abstrato*, que despence cada vez mais energia intelectual (além de material) para a produção de valores de troca. Novamente desencadeia-se um processo interativo entre trabalho vivo e trabalho morto, sob o comando de um tempo conduzido pelo ritmo cada vez mais informacional e intensificado (2002, p.114 – grifos no original)

Por outro lado e contraditoriamente, inúmeras camadas de trabalhadores são atingidas pela desqualificação, quais sejam, aqueles descartáveis, subcontratados, informais e desempregados, que compreendem a “periferia da força de trabalho” (ANTUNES, 2003, p.61)<sup>4</sup>. O contexto em foco acarreta em graves consequências para a “classe-que-vive-do-trabalho”, principalmente pelo fato de que, nesta nova lógica, em consequência de diversos fatores culturais e políticos, os trabalhadores “abandonam as perspectivas que se inseriam em ações mais globais que visavam a emancipação do trabalho, a luta pelo socialismo e pela emancipação do gênero humano, operando uma aceitação acrítica [...] da agenda e do ideário neoliberal” (ANTUNES, 2003, p.43).

Neste sentido, a partir das orientações que trazem como diretriz a redefinição do papel do Estado, em especial do Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional e do receituário do Consenso de Washington, generalizou-se uma corrente reformadora centrada na diminuição do

---

<sup>4</sup> A era flexível estréia relações trabalhistas por fora da regulamentação estatal, construindo modelos de trabalho inseguros como o terceirizado, de tempo parcial, temporário, precário, subcontratado e informal - que configura o que Antunes (2003, p.52) chama de “subproletarização do trabalho”.

Estado, que teve amparo na construção de uma “cultura política da crise” do Estado (MOTA, 1995, p.72) e por uma “cultura antiestado” (SIMIONATTO, 2003, p.281) que desqualificaram a esfera pública, a política e a democracia, ao mesmo tempo em que sedimentaram um consentimento que valoriza o mercado. No Brasil, a incorporação da agenda neoliberal iniciou na década de 1990. Com base na ideia de “Estado Social-Liberal” (BRESSER PEREIRA, 1997), a reforma atinge diretamente as políticas sociais públicas, consagrando o repasse dos serviços considerados “não-exclusivos” para as organizações públicas não-estatais e privadas, onde no escopo, encontram-se, fortemente, as áreas da educação, saúde, cultura e pesquisa científica. As medidas reformistas submetem as políticas sociais à focalização nos setores mais carentes; descentralização da gestão para as esferas estaduais e locais, abrindo para organizações não-governamentais e setor privado; e privatização, com transferência da produção de bens e serviços para o mercado. Behring (2003, p.281) caracteriza o processo que altera o papel do Estado no Brasil como uma “contra-reforma”, pois “se compôs de um conjunto de mudanças estruturais regressivas sobre os trabalhadores e a massa da população brasileira, que foram também antinacionais e antidemocráticas”.

Deste processo, a entrada do século XXI vai ser marcada por uma conjuntura particular, especialmente pelo acirramento das contradições inerentes ao sistema capitalista de produção no seu contexto de crise, assim como irrompe em medidas político-econômicas de cunho neodesenvolvimentista em solo latino-americano e brasileiro que aparentemente fazem esmaecer a ortodoxia liberal e que, somada à disseminação do caldo cultural pós-moderno neoconservador acabam por caucionar a obtenção de consensos no campo da hegemonia do projeto burguês na conjuntura de crise sistêmica que se acentua.

Netto (2012a) nos lembra que capitalismo é crise. Os episódios de crise ocorridos na entrada do século XXI, como o fenômeno em torno da Bolha Imobiliária nos Estados Unidos e, mais recentemente, a crise do Euro que tem gerado um contexto de intensas manifestações em diferentes países da Europa, especialmente pela crescente massa dos “desempregados da crise”, na sua maioria jovens, referendam o caráter cíclico do capital em sucessivas curvaturas de prosperidade e recessão e apontam, não para uma interrupção momentânea da acumulação capitalista, mas para um profundo e extenso processo de crise sistêmica iniciada a partir dos anos 1970 e que incide em todos os níveis da reprodução social. O caráter global desta crise assenta-se, pois, no modo igualmente internacionalizado da reprodução do capital na contemporaneidade, marcado pela centralização de riquezas, por um lado, e descentralização e socialização ampliada da produção e da especulação financeira, por outro. Nas palavras de Mota (2012, p.31) “o caráter mundial dessa crise é dado pela própria estrutura mundializada do capitalismo, cujo movimento de internacionalização é marcado pela concentração de capital e descentralização da produção, imprimindo-lhe uma abrangência planetária”.

Se, por um lado, nas décadas de 1980/1990 a crise foi tratada como resultado do esgotamento do modelo keynesiano/fordista com destaque para a crise fiscal do Estado enquanto agente do desenvolvimento e regulador das relações sociais – e as medidas de superação da crise pautaram-se na ideologia neoliberal em torno da liberalização dos mercados e da Reforma do Estado, seguindo com esmero o receituário de Washington –, nos anos que desenrolam a década de 2000, o discurso neoliberal de menos Estado não tardou a ser resignificado pela elite financeiro-industrial tão logo as crises cíclicas novamente deram sinais do esgotamento do modelo de desenvolvimento neoliberal com predominância financeira, reforçando as indicações da existência de uma crise de “natureza sistêmica” do capital (NETO, 2012b, p.416). Como nos diz Castelo (2012a, p. 624), “o novo desenvolvimentismo surgiu no século XXI após o neoliberalismo experimentar sinais de esgotamento, e logo se apresentou como uma terceira via, tanto ao projeto liberal quanto ao socialismo”. Este movimento ideológico coloca em tela a possibilidade de uma nova leitura acerca do papel do Estado como agente econômico e regulador social e do trabalho, cuja indecisão entre mais ou menos Estado, mais ou menos mercado, evoca um conglomerado de linhas hermenêuticas como o pós-neoliberalismo, social-liberalismo, social-desenvolvimentismo, neodesenvolvimentismo, pós-keynesianismo, macroeconomia estruturalista do desenvolvimentismo, as quais carecem de ser elucidadas. Dentre seus representantes temos intelectuais como Bresser Pereira, Pochmann, Mercadante, Carneiro, Sicsú, Oreiro, Gala, e outros. Toma-se, a princípio, que todas essas correntes não rompem com a sociabilidade do capital, ao contrário, lhe reproduzem e se afirmam como estratégias para a recomposição da hegemonia do capital, consolidando a equação “financeirização + crescimento econômico + políticas sociais compensatórias”, não obstante suas particularidades.

A exemplo, para Castelo (2012b, p. 47), o social-liberalismo surge de uma revisão do neoliberalismo, “uma tentativa político-ideológica das classes dominantes de dar respostas as múltiplas tensões derivadas do acirramento das expressões da ‘questão social’ e da luta política da classe trabalhadora” e tem as seguintes proposições

- 1) O crescimento econômico, por si próprio, não traria a redução das desigualdades, havendo a necessidade de políticas específicas e direcionadas para este problema; 2) os gastos sociais não seriam baixos, pelo contrário: se deveria torná-los mais eficientes, melhorando a alocação dos recursos com sua focalização nos estratos mais miseráveis; 3) propostas de desenvolvimento baseadas no investimento no capital humano, reformas tributárias, previdenciárias e trabalhistas e ampliação do microcrédito (CASTELO, 2012b, p.63).

Verifica-se, neste contexto, que o discurso de análise da crise passa a ser justificado com novas roupagens, agora a partir da análise moralista de uma suposta irresponsabilidade e ganância dos especuladores financeiros, passando a defender um capitalismo mais humanitário, responsável e

sustentável, preocupado com o social e meio ambiente, e centrando-se em torno da retomada dos debates acerca do desenvolvimento (MOTA, 2012). À reboque desta perspectiva vem ganhando destaque tanto no meio acadêmico-intelectual quanto político e em agências multilaterais, a preocupação com a necessidade de combater a pobreza – todavia, sem fincar a análise de seus fundamentos na economia política capitalista. Este movimento pode ser evidenciado, por exemplo, nos relatórios do Banco Mundial contendo um conjunto de estratégias para combater a pobreza, na construção dos Objetivos do Milênio da ONU e em seus indicadores de desenvolvimento humano e social, em conceitos como desenvolvimento sustentável, capital humano, desenvolvimento com liberdade, empreendedorismo e *empowerment*, entre outros (MARANHÃO, 2012). Este aparente giro ideológico marca uma nova processualidade e coaduna com o projeto de corte neodesenvolvimentista, cuja equação articulada em torno do crescimento econômico e do combate à pobreza constrói um novo consenso de alianças de classe. Segundo Castelo (2012a, p.627), dentre os representantes do discurso neodesenvolvimentista no Brasil,

à vista do exposto por Mercadante e Pochmann, afirma-se que a interrupção ou abandono do neoliberalismo no Brasil teria ocorrido por meio de uma “transição progressiva e pactuada”, ocultando com quem esse pacto foi feito. Vale dizer, o pacto foi selado com as novas e antigas classes dominantes (capital financeiro e suas novas frações rentistas e o *agrobusiness*) que participam do bloco no poder em posições de destaque, com a Presidência do Banco Central, ministérios e autarquias, para garantir a governabilidade do país conforme a lógica dos dirigentes do PT.

Todavia, o receituário de focalização e descentralização da política social e de desregulamentação de direitos e relações de trabalho continua sendo diretriz central, ora esfumada pelo discurso do combate a pobreza, pela divulgação de indicadores de diminuição da miséria no país, de aumento dos salários e do poder de compra, de crescimento econômico, entre outros. Pereira (2012, p. 746) nos lembra que a paradoxal pretensão neodesenvolvimentista logo pôde ser posta em xeque, pois “esse governo melhorou, sim as condições sociais de muitos brasileiros, mas ao mesmo tempo, melhorou muito mais a remuneração do capital financeiro, industrial e do agronegócio que operam no país”.

Cabe ressaltar que a superação da crise que assola o continente europeu na atualidade assenta-se em políticas de austeridade neoliberal, com forte redução dos gastos sociais e retração de direitos sociais e trabalhistas (MOTA, 2012). Neste sentido, o receituário neodesenvolvimentista baseado no crescimento econômico com combate a pobreza constrói-se como um fenômeno tipicamente latino-americano, tendo ressonância nos governos de esquerda. Afirma-se, a rigor, que as expressões da crise e suas formas de enfrentamento refratam determinações particulares a cada formação sócio-histórica, articulando-se em uma processualidade universalizante marcada pela hegemonia do capital com predominância financeira.

Do ponto de vista ideológico, esta estratégia político-econômica levada a cabo pelos governos do PT - que completou 10 anos em 2013, iniciado por Lula da Silva com o continuísmo de Dilma Rousseff – teve o potencial de articular uma ampla aliança de classes, quais sejam: as classes dominantes, os históricos setores de esquerda como partidos políticos e movimentos sociais e, ainda, tem sido capaz de reproduzir a adesão dos diferentes segmentos de classe da sociedade brasileira em torno do projeto capitalista como “fim da história”, “estratégias que negam o antagonismo das classes, obtendo assim o consentimento ativo e passivo de grande parte dos “trabalhadores” (MOTA, 2012, p. 37). Tal fenômeno vem sendo visto com bons olhos pelos países centrais e pelas agências multilaterais e vem tendo como resultado seja a diminuição do famigerado “risco Brasil”; a propalada diminuição da pobreza no país e o crescimento da classe média, sedentos pelo acesso indiscriminado aos bens de consumo disponíveis pelo mercado como opção de escolha e de vida; seja ter alçado o Brasil ao grupo dos agora G20 ou tê-lo inserido no escopo dos países chamados “emergentes” do capitalismo global e financeiro, que juntamente com Rússia, Índia, China e a recentemente incluída África do Sul, vão formar o grupo dos BRICS. Este processo marca o giro ideológico operado pelo Partido dos Trabalhadores, que teve sua fundação alicerçada nos movimentos operários combativos do ABC paulista, que construiu Lula como intelectual (tomado aqui no sentido gramsciano) e representante do projeto da classe trabalhadora. A chegada de Lula à presidência do país foi resultado do processo que poderíamos chamar, com Lukács, de “decadência ideológica” do PT, que sob um discurso aglutinador de interesses inverte o sentido das lutas democráticas por cidadania e desenvolvimento social e acaba por contribuir com a reprodução dos interesses das elites nacional e internacional e do capitalismo de base financeira e agroindustrial no país. Movimento este semelhante ao operado pela burguesia revolucionária ao enfrentar o projeto conservador feudal que, tornando-se portadora do projeto moderno universalizante, ao colocar-se como classe dominante trata de reconstruir o significado das bandeiras da Revolução Francesa, transmutando-as em estratégias de manutenção da sua dominação econômica e política.

O contexto de crise do tempo presente repercute nas políticas sociais. Sua principal manifestação encontra-se no conjunto de contrarreformas operadas pelo governo do PT no Brasil, iniciada pelas contra-reformas da previdência e da educação superior ocorridas no primeiro mandato de Lula, consubstanciando a abertura de espaço para a mercantilização de serviços sociais, a precarização e a focalização das políticas sociais. Segundo Iamamoto (2007) o acesso mercantil aos bens e serviços sociais não ocorrem deslocados do sistema financeiro pelo incremento do crédito ao consumidor e empréstimos populares. Nem mesmo a Política Pública de Assistência Social – marcada por um grande avanço com a consolidação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) – deixa de ser alvo do capital financeiro, claramente favorecido pelo governo ao colocar as instituições bancárias como intermediadores da retirada de benefícios sociais, como é o

caso do Benefício de Prestação Continuada, o que levou Leher (2012) a cunhar esse processo como “banqueirização” do BPC. E ainda,

o predomínio contemporâneo da ética da autorresponsabilização no contexto mundial da política social mostra que está havendo um contínuo e crescente esvaziamento do padrão capitalista de Estado social de direito em favor do padrão capitalista de Estado social meritocrático, laborista, ou do que a literatura especializada vem chamando de transição do *Welfare State* para o *Workfare State* (PEREIRA, 2012, p.738)

Netto (2012b) trabalha com a hipótese vinculada as mudanças do capitalismo contemporâneo de que, os tempos atuais reproduzem barbárie e produção destrutiva. Para o autor, o impacto civilizador do capitalismo, cujos padrões civilizatórios representaram avanços e progressos, tal como evidenciado no Manifesto do Partido Comunista, estão esgotados. Hoje, o capitalismo esgotou suas possibilidades civilizatórias vinculadas outrora a suas tradições e conquistas. Tomando a ideia de produção destrutiva de Mészáros, Netto afirma que a produção passa a ser necessariamente destrutiva do ponto de vista social e ambiental, isto é, o capital leva não mais civilização, mas sim barbárie social e ambiental, representados pelas cada vez mais amplas manifestações de fome, suicídio, desemprego, devastação ambiental, entre outros, ao redor do globo. Para o autor, as expressões da produção bárbara e destrutiva do capital refratam-se na crise sistêmica ora em desenvolvimento e numa perspectiva de enfrentamento a questão social caracterizada pelo que chama de “administração da pobreza” e de controle das consideradas “classes perigosas”. No marco da assistencialização da política social, com investimentos públicos centrados em políticas compensatórias de combate a pobreza extrema, como Bolsa Família, a ação social estatal torna-se cada vez mais focalizada, esmaecendo os sentidos da cidadania referenciados na concepção de proteção social e universalização. Tal perspectiva afirma-se, ainda, na crescente militarização da segurança pública e privada evidenciadas mais fortemente nos grandes centros urbanos brasileiros, marcadas por políticas de segurança pública militarizadas e repressivas, cujos expoentes são as experiências das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Rio de Janeiro e as Unidades Paraná Seguro (UPS) em Curitiba. Soma-se ainda, a ampliação do Estado Penal, com claro incentivo a privatização assinalada pela criação de unidades prisionais privadas. Não por acaso a indústria bélica norte-americana é um dos setores mais lucrativos do mundo. Neste contexto, Netto (2012b) trabalha com a hipótese de que está em curso um processo de redimensionamento da função assistencial outrora sedimentada na concepção de cidadania, apontando para uma curva decrescente desta função assistencial, ora vinculada ao papel de administração da miséria no marco da assistencialização da política social, o que acaba por imprimir outro sentido social, outro significado social à política social.

O caldo ideocultural que acompanha e cimenta o contexto em tela, funda-se na emergência de interpretações da realidade contemporânea que criticam o projeto civilizador moderno desqualificando seu potencial emancipatório pelo não cumprimento de suas promessas de razão, liberdade e autonomia; e afirmam que os parâmetros analíticos clássicos não oferecem mais respostas adequadas à “nova” sociedade. A pós-modernidade surge e toma vulto entrelaçada a crise capitalista, apoiando-se tanto na crise da modernidade quanto na crise do socialismo, e coloca-se em oposição e como alternativa as teorias sociais modernas tidas como ineficientes, declarando não apenas a sua insuficiência quanto seu “atestado de óbito”. Na teoria social, a perplexidade diante da realidade atual, marcada pelas rápidas e “incompreensíveis mudanças” leva a pós-modernidade a afirmar a insuficiência dos conceitos satélites modernos e das metanarrativas para explicar a realidade contemporânea, desacreditando da totalidade e de categorias universais e colocando em seu lugar a superficialidade nas análises sobre as transformações societárias. No âmbito epistemológico, a pós-modernidade se apropria dos fundamentos conservadores do positivismo, como a leitura do aparente e da imediaticidade empírica (SIMIONATTO, 2009). O alargamento da perspectiva teórico-metodológica e ideológica pós-moderna, superficial, simplista e fragmentária, vai formar o caldo ideocultural da sociedade do capitalismo tardio, discurso que o legitima e reforça. Sua base eclética não possibilita uma leitura política e econômica concisa das desigualdades sociais e das contradições inerente a lógica do capital, consubstanciando uma ideologia (neo)conservadora antimoderna (SANTOS, 2007).

A atual conjuntura de reordenamento do capital na busca pela recuperação de seu ciclo reprodutivo, procurara sedimentar o consenso em torno do fetiche do capital financeiro – desnaturalizado por Marx quando destrincha a fórmula D-D’ e desvenda que sua alimentação está fincada na extração da mais valia na esfera da produção –, configura o aprofundamento das expressões da questão social caracterizado por expressões como desemprego estrutural, crise urbana, rural e ambiental, banalização da vida, entre outros.

## REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 9.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Editora da UNICAMP, 2003.

ANTUNES, Ricardo. O desenho multifacetado do trabalho hoje e sua nova morfologia. **Revista Serviço Social e Sociedade**. ano. XXIII. n. 69. mar. 2002. pp. 107-120.

BEHRING, Elaine R. BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. Biblioteca Básica de Serviço Social. v.2. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BEHRING, Elaine R. **Brasil em contra-reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos. **A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle**. Cadernos MARE da Reforma do Estado. Vol.1. Brasília: Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, 1997.

CASTELO, Rodrigo. O novo desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento econômico brasileiro. **Serviço Social e Sociedade**. N.112, p.613-636, out./dez., 2012a.

CASTELO, Rodrigo. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia do bem-estar. In: MOTA, Ana Elizabete (Org). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012b.

CHESNAIS, François. A “nova economia”: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense. In: CHESNAIS, François et. al. **Uma nova fase do capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003. pp. 43-70.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Contra Corrente: ensaios sobre democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2000.

GONÇALVES, Reinaldo. Novo desenvolvimentismo e Liberalismo Enraizado. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 112, p. 637-671, out./dez., 2012.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Vol. 3. Edição e tradução de Carlos Nelson Coutinho. Co-edição de Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 13.ed. São Paulo: Loyola, 2004.

IAMAMOTO, Marilda Villela. CARVALHO, Raul de. **Relações Social e Serviço Social no Brasil: Esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 19 ed. São Paulo: Cortez, 2006.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007

KEYNES, J. M. **A teoria geral do emprego, do juro e da moeda**. Coleção Os Economistas. Trad. Mário R. da Cruz. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

LEHER, Roberto. Ideologia do desenvolvimento, pobreza e hegemonia. In: MOTA, Ana Elizabete (Org). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

MARANHÃO, César Henrique. Desenvolvimento social como liberdade de mercado: Amartya Sen e a renovação das promessas liberais. In: MOTA, Ana Elizabete (Org). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

MOTA, Ana Elizabete. **Cultura da Crise e Seguridade Social: um estudo sobre as tendências da previdência e da assistência social brasileira nos anos 80 - 90**. São Paulo, Cortez, 1995.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, Ana Elizabete (Org). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

NETTO, José Paulo. Crise do capital e consequência societárias. **Serviço Social e Sociedade**. N.111, p.413-429, jul./set. 2012a.

NETTO, José Paulo. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 4, n.1, p. 202-222, jan./jun. 2012b.

NOGUEIRA, Marco Aurélio. **As Possibilidades da Política**: Idéias para a reforma democrática do Estado. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

PEREIRA, Potyara Amazoneida P. Utopias desenvolvimentistas e política social. **Serviço Social e Sociedade**. São Paulo, n. 112, p. 729-753, out./dez., 2012.

SIMIONATTO, Ivete. A cultura do capitalismo globalizado. Novos consensos e novas subalternidades. In: COUTINHO, Carlos Nelson; TEIXEIRA, Andréia de Paula (Org.). **Ler Gramsci, entender a realidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SIMIONATTO, Ivete. Expressões ideoculturais da crise capitalista na atualidade e sua influência teórico-prática. In: CFESS/ABEPSS. **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.